

Conversibilidade, governabilidade e competitividade na Argentina

*Antonio Carlos Fraquelli**

1 - Cavallo e a conversibilidade

Ao completar 10 anos, o Mercosul tem a seu favor, dentre outras consequências, a reversão no relacionamento que os argentinos e os brasileiros mantinham entre si até meados da década passada, quando foi assinada a Ata de Iguazu. Na ocasião, as duas economias vivenciavam períodos de instabilidade, e o acordo visava incrementar as relações comerciais, complementar os segmentos industriais e avançar em termos de cooperação tecnológica no contexto regional.

A observação de alguns indicadores econômicos regionais evidenciam a situação em que se encontravam as duas economias à época da crise do real. A Argentina fechou o ano de 1998 com um nível de renda *per capita* de US\$ 8,2 mil contra US\$ 3,2 mil do Brasil. As exportações representavam 9,9% do PIB argentino e 5,0% do PIB brasileiro em 1999, ao mesmo tempo em que, do total de US\$ 97 bilhões de Investimento Externo Direto (IED) na América Latina, US\$ 25 bilhões se destinaram à Argentina e US\$ 31 bilhões ao Brasil.

A trajetória do Mercosul nesse decênio não teria sido possível, dentre outras razões, não fora o combate efetivo à hiperinflação por parte do Governo argentino. No início do período, muitas foram as tentativas frustradas de implementar um programa de estabilidade econômica durante as gestões dos três ministros da economia do Governo Alfonsín e dos três ministros da mesma pasta que antecederam Domingo Cavallo, já na administração menemista. Ao final do período, mais uma vez a Argentina se encontra em crise, com efeito contágio sobre as economias do Mercosul. Numa tentativa final de reverter o quadro local, a administração de De la Rúa socorreu-se do ex-ministro justicialista para impedir que a deterioração da economia argentina atingisse uma posição irreversível.

* Economista, Técnico da FEE.

Neste artigo, pretende-se analisar, sucintamente, os dois programas postos em prática por Domingo Cavallo, a conversibilidade de 1991 e a competitividade de 2001. O primeiro varreu com a hiperinflação, enquanto o segundo se propõe a recolocar a Argentina no rumo do crescimento econômico. O primeiro já faz parte da própria história nacional, ao passo que o segundo anda a passos lentos no tumultuado ambiente político local. Independentemente da posição — apologista ou crítico — em que se coloque o observador perante a estratégia cavallista, é inegável que a sua controvertida figura se consolidou junto à opinião pública, fazendo com que todos estejam permanentemente atentos ao discurso e à prática da liderança máxima do Partido de Renovação Nacional. Outrossim, pretende-se, também neste artigo, descrever o ambiente político em torno dos dois programas de estabilidade econômica, ou, mais objetivamente, a situação da governabilidade, tendo em vista que se trata da maior crise que o país vivenciou ao longo da sua história.

1.1 - Os antecedentes da conversibilidade

No final da gestão, Alfonsín passou por um Plano de Guerra, cujos resultados para conter a crise econômica foram frustrantes. Oito dias após a edição do documento, o esforço era reconhecido como inepto. Tendo superado uma conjuntura política marcada por greves e motins, sobrou ao Presidente Raul Alfonsín a única alternativa de propor a posse antecipada do seu sucessor.

Desde os primeiros dias do seu governo, Carlos Menem esteve acompanhado de um processo inflacionário intenso. Inicialmente, a tentativa de afastar a hiperinflação passou pelo lançamento do Plano BB, cujos resultados frustraram a expectativa dos argentinos. E assim, face ao desempenho pífio na pasta da Economia, o Ministro Roig foi substituído pelo Ministro Rapanelli, e este último, mais tarde, por Erman Gonzalez.

Ao final dos anos 90, o Centro de Estudios de Opinion Publica (CEOP) (1990) realizou uma pesquisa por amostragem na Grande Buenos Aires, para avaliar a opinião dos argentinos sobre a posição pessoal dos entrevistados e obter uma apreciação sobre o comportamento da economia nacional. É oportuno resgatar essa pesquisa, porque ela permite que o leitor compreenda o sentimento do argentino com relação à sua economia, às vésperas da posse de Domingo Cavallo no primeiro escalão do Governo. Setenta por cento das pessoas ouvidas pelo CEOP acreditavam que o ano de 1990 havia sido pior que o de 1989, e 80% da mão-de-obra eram de opinião que o nível dos seus salários estava igual ou pior que no exercício anterior. Especificamente com relação à gestão Menem, o Presidente contava com o apoio de 57% da opinião pública.

Os maiores percentuais de concordância entre os entrevistados e o Primeiro Mandatário estavam direcionados às decisões na área das privatizações, na administração do conflito dos caras-pintadas e no freio à inflação, embora, ao mesmo tempo, as discordâncias se concentrassem no indulto, no desemprego, na recessão e na corrupção no âmbito do próprio Governo.

1.2 - O lançamento da conversibilidade

Em fevereiro de 1991, a economia argentina permanecia com a sua conviência sistemática com a carestia. Domingo Cavallo foi, então, guindado ao Ministério da Economia, quando, em 1º de abril, foi aprovada a **ley de convertibilidad**. Ao assumir, o dólar, que estava cotado a seis mil austrais, deslocou-se para sete mil e quinhentos austrais. As desvalorizações da moeda nacional prosseguiram até que, em abril de 1991, quando a moeda americana estava sendo cotada a 9,75 mil austrais, foi criada a âncora cambial argentina, com um dólar sendo fixado à proporção de 10 mil austrais.

Dados os níveis de reservas disponíveis e a presença do dólar nos hábitos da população, a hiperinflação que assolava a economia nacional foi afastada, e as limitações que impediam que o Mercosul avançasse em seus primeiros passos foram devidamente deixadas de lado.

Entretanto, se a explosão dos preços ficou contida, emergiram as restrições no âmbito da balança comercial e das contas públicas. Qualquer que fosse o volume de transações com o Exterior, o exportador recebia a quantia de 10 mil austrais por dólar, tendo essa condição levado o setor a uma situação de desvantagem, que permaneceu na conjuntura argentina pelos anos seguintes. Ao mesmo tempo, a vinculação da presença de resultados comerciais com a emissão monetária tornou o setor público engessado, resultando daí uma necessidade sistemática de redução do déficit público.

No Mercosul, a conversibilidade argentina permitiu que o Brasil, em um primeiro momento, fosse amplamente beneficiado em sua corrente de comércio. Nessa fase inicial do Mercado Comum do Sul, os saldos comerciais brasileiros acumularam-se no comércio bilateral com a Argentina, situação que se manteve até que o real viesse a ser lançado em 1994.

O Brasil lançou o seu programa de estabilidade econômica em três etapas: inicialmente, surgiu o Fundo Social de Emergência, através do qual o País passava à comunidade financeira internacional a idéia de que estava atento ao déficit público; depois, emergiu a Unidade Real de Valor para atacar a inflação inercial; e, por último, em julho de 1994, foi criado o real. A essa altura, o pên-du-lo que beneficiava o Brasil em sua relação econômica bilateral com a Argentina

mudou de posição, e, a partir desse momento, uma nova realidade passou a ser identificada no âmbito regional. À medida que o Ministro Domingo Cavallo prosseguia com a sua política econômica, o Brasil começava à convivência com os saldos negativos em sua balança comercial, e, da mesma forma como na Argentina, também aqui iniciavam as críticas à opção brasileira pela utilização da âncora cambial.

1.3 - A queda de Cavallo

A situação de Cavallo na Argentina tornou-se tumultuada a partir do momento em que, mesmo estando dentro do Governo, Domingo Cavallo passou a denunciar a corrupção. As divergências eclodiram em diversas instâncias da política argentina, e a figura do Ministro da Economia tornou-se um empecilho à estabilidade do Governo e da própria estrutura do Partido Justicialista. A necessidade de afastar Cavallo tornou-se evidente, e esse fato ocorreu quando as metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) deixaram de ser cumpridas.

Desde a edição do Plano de Conversibilidade, em que a inflação foi afastada da conjuntura argentina — de acordo, inclusive, com a agenda Bush para a América Latina do início dos anos 90 —, intensificou-se a aproximação do FMI com o Governo daquele país. Em 1995, as partes haviam acordado uma meta para o déficit público, indicador este que já havia sido atingido em meados daquele exercício. A diferença entre os valores programados e os realizados foi a causa próxima para afastar Domingo Cavallo do cargo que exercia desde o início de 1991. O fato concretizou-se, e, em um processo tumultuado, Roque Fernandes passou a ocupar a pasta da Economia, e Cavallo deslocou, progressivamente, o alvo das suas críticas para a figura do próprio Presidente Carlos Meném.

Fora Cavallo, a conversibilidade prosseguiu. Houve, então, um período tumultuado na ordem econômica internacional, em que ocorreram ataques especulativos contra o baht, o rublo e o real. Bermudez *et al* (1997) evidenciaram o ambiente de incerteza que havia durante o encontro de empresários promovido pelo Instituto para o Desenvolvimento Empresarial da Argentina, realizado em Bariloche, entre 12 e 14 de novembro de 1997. Na época, a crise originada na Ásia repercutia com toda a intensidade nas economias do Mercosul, pois, até à realização do evento em Bariloche, as Bolsas haviam caído 5,8% em Wall Street contra 30,2% em Buenos Aires e 32,58% em São Paulo. O custo do dinheiro para as letras de 182 dias do Tesouro argentino, que era de 6,47% em fevereiro, atingiu 10,53% em novembro. O efeito dominó iniciado na Tailândia em

2 de julho poderia atingir o Brasil ainda antes do final de 1997, fato este que levou, de um lado, as autoridades brasileiras a lançarem um ajuste fiscal e, de outro, o Governo argentino a trabalhar com três cenários, dependendo de um maior ou menor sucesso da iniciativa proposta por Pedro Malan. O êxito do ajuste implicaria a manutenção do fluxo de investimentos externos diretos para o Brasil e um impacto apenas residual na corrente de comércio com a Argentina; todavia, duas outras alternativas poderiam ocorrer, se o ajuste fiscal brasileiro não atingisse os objetivos previstos, uma queda na atividade econômica na Argentina ou, até, a necessidade de que esse país se visse obrigado a lançar um plano de emergência para superar as restrições vigentes. A convergência entre o programa de conversibilidade e a instabilidade asiática resultou de concreto, no Mercosul, em uma diminuição nas exportações argentinas de alimentos, automóveis e produtos têxteis para o Brasil.

2 - Os impasses na governabilidade

2.1 - A Frente País Solidário (Frepasso) perante a Aliança

A par da maior ou menor convergência entre as políticas econômicas no Mercosul, o quadro político argentino dos anos 90 foi dominado pela gestão menemista. As tentativas de afastar o Justicialismo do poder não deixaram resultados concretos até a criação da Aliança, quando a viabilidade da mudança se tornou factível. Nessa oportunidade, buscou-se identificar os fatos mais importantes do período, dando ênfase às posições expressas pelos novos governantes da transição argentina.

A Aliança constituída para afastar o Partido Justicialista do poder, formada pela União Cívica Radical (UCR) e a Frente País Solidário, obteve êxito em sua iniciativa, à medida que viabilizou as eleições de Fernando de la Rúa e de Chacho Alvarez, porém o desgaste decorrente do hiato entre as promessas de campanha e as realizações do exercício fragilizaram o débil pacto firmado entre os novos governantes argentinos. O sentimento dos novos governantes perante o desafio de buscar uma saída para a crise pode ser assimilado a partir das opiniões do representante do Frepasso na Aliança.

As posições do Vice-Presidente Chacho Alvarez (2000) a respeito do Estado encontrado ao assumir tornaram-se bem conhecidas. Elas podem ser recuperadas a partir de uma entrevista concedida à imprensa local, em fevereiro do ano passado. Na Argentina, constituíram-se duas esferas administrativas: a primeira, estruturada em cima de empregados permanentes, que foi sistematicamente desvalorizada; enquanto a segunda — responsável por levar adiante a

reforma do Estado — era circunscrita à anterior e esteve formada por empregados contratados à conta de créditos obtidos junto aos credores multilaterais. O produto obtido, segundo Alvarez, implicou um Estado lento, em que as características administrativas poderiam ser resumidas a uma gerência complicada, em um ambiente de desordem. Após um decênio de prática menemista — privatizações e reformas —, a transição para um Estado regulador não se concretizou, e o que se obteve foi uma incompetência de exercer a função de controle, onde ela deveria estar presente, sem esquecer a hostilidade demonstrada com relação aos indivíduos. O preço pago pelas privatizações incluiu uma estrutura jurídica que viabilizou a amplificação internacional das empresas de fora. Dado esse contexto, o frepasista acreditava que era preciso diagnosticar a **interface** entre o mercado e a democracia, porque o quadro à frente mostrava uma supremacia da tecnocracia sobre as questões da política. Ao ser questionado sobre a forma de valorizar a política, Alvarez posicionou-se sobre a necessidade de refletir sobre o custo da política para a democracia, sobre a forma de eliminar o financiamento da política via instituições do Legislativo, enfim, sobre a retomada do espaço crítico junto à ação política concreta. Enfim, entre a rigidez jurídica e a operacionalidade do Estado, a falta de trabalho é que impede a concretização de qualquer sonho. A exclusão social emperra o avanço de um projeto de nação, em um processo de globalização que torna o país hiperdependente dos ciclos econômicos. Essa relação causa e efeito materializa-se na magnitude da dívida perante a riqueza e as exportações nacionais, além da vulnerabilidade externa a que as economias emergentes estão submetidas.

2.2 - O mercado de trabalho e a reforma

Apresentada a visão do Frepaso na Aliança, é preciso identificar os ruídos, os obstáculos com os quais a nova frente política se deparou no exíguo tempo de governo. Na verdade, muitos foram os impasses enfrentados por De la Rúa e Chacho Alvarez: dentre eles, destacaram-se o relançamento do Mercosul, a obtenção de uma operação de socorro junto ao FMI, a troca de dois ministros que ocuparam a pasta da Economia, a rejeição da sociedade argentina ao ajuste proposto pelo ex-Ministro Lopez Murphy; e, quiçás, aquele que gerou o maior atrito, entre os encarregados de levar adiante a transição do menemismo à Aliança, teve a ver com a reforma trabalhista, uma exigência inadiável da nova economia dos anos 90.

Ismael Bermudez (2000) fez um apanhado detalhado do mercado de trabalho e do sistema previdenciário argentinos em fevereiro do ano passado. Quanto

ao mercado de trabalho, a População Economicamente Ativa ficou dimensionada em 14,8 milhões, dos quais 13,2 milhões representavam a parcela referente à esfera urbana. À época, o número de desempregados alcançava 1,7 milhão de trabalhadores contra 13,1 milhões de empregados, dos quais 9,2 milhões se classificavam como assalariados. Segundo Bermudez (ibid.), aos 1,7 milhão de desempregados é preciso acrescentar outros 1,8 milhão de subocupados, obtendo-se, dessa forma, um total de 3,5 milhões de trabalhadores que estariam em posição de desvantagem no mercado de trabalho. Ora, a natureza da reforma trabalhista implica uma tentativa de reversão dessa conjuntura. No que diz respeito à previdência, 12,3 milhões de trabalhadores deveriam ser contribuintes, embora apenas uma parcela um pouco menor do que 50% se mantinham efetivamente vinculados ao sistema, independentemente da presença de uma evasão anual à seguridade da ordem de 12 milhões de pesos. Também aqui, a reforma trabalhista deveria buscar uma saída às distorções da seguridade social. Para tanto, o novo projeto cobre alterações que tratam, dentre outros conteúdos, do aumento do período de teste do empregado, dos encargos sociais, da representação do sindicato, dos prazos de vigência de contratos e da criação de um serviço nacional de arbitragem.

Ainda a propósito do mercado de trabalho, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), a Confederação Geral dos Trabalhadores Dissidentes (CGTD) e a Central de Trabalhadores Argentinos (CTA) procuraram demonstrar a indignação vigente, realizando uma greve nacional em 9 de junho de 2000. Na essência do movimento, a insatisfação perante a reforma trabalhista, dada a predominância dos assalariados entre os grevistas.

2.3 - O relançamento do Mercosul

A desvalorização do real em janeiro de 1999 criou um impasse extraordinário no Mercosul e, particularmente, nas relações comerciais entre a Argentina e o Brasil. A corrente de comércio entre os dois países, que iniciou com US\$ 3 bilhões em 1991, alcançou US\$ 15 bilhões em 1998 e retrocedeu a US\$ 11 bilhões em 1999, por causa do ataque especulativo ao real, que resultou na sua desvalorização a partir de 15 de janeiro deste último ano.

A par da redução na corrente de comércio, é importante registrar a desaceleração das duas maiores economias do mercado regional, que aconteceu depois de 1998. O desempenho da economia brasileira, expresso pela taxa de crescimento do PIB de 2,9% e 3,0% em 1996 e 1997, respectivamente, apresentou crescimento nulo em 1998 e uma taxa positiva de apenas 0,8% em 1999; no lado argentino, o comportamento promissor manifestado em crescimentos su-

cessivos do PIB — de 5,5% em 1996, 8,1% em 1997 e 3,9% em 1998 — caiu abruptamente em 1999, com o produto acusando uma diminuição de 3,0% naquele exercício.

Enfim, crescimento econômico insuficiente e corrente de comércio em queda representaram, para o parceiro argentino, um impacto nas exportações de trigo, petróleo, gasolina, automóveis, autopeças, motores, veículos de carga e laticínios. A esse relacionamento bilateral se deveria acrescentar que a própria economia mundial rumava para um processo de desaceleração após as crises da Ásia e da Rússia. Logo, por todas essas razões, era inevitável pensar em uma retomada das atividades econômicas no âmbito regional. Era preciso relançar o Mercosul, que havia perdido fôlego depois de uma trajetória imensamente promissora.

Esse relançamento deu-se em diversas frentes, conforme destaca Bermudez (2000). Entre os empecilhos criados pelo protecionismo, procuraram-se formas de eliminar os obstáculos vigentes nos segmentos de interesses mútuos, os quais eram: o acordo automotivo, a proteção aos têxteis, o setor do arroz e a integração do mercado local com a União Européia e com o México. Iniciava-se, assim, uma nova etapa na economia regional, que seria conhecida, entre os agentes econômicos, como a do relançamento do Mercosul.

2.4 - A dívida e o acordo com o FMI

Paralelamente à reforma trabalhista, durante o curto período de gestão da Aliança o Governo argentino esteve às voltas com o desgaste de credibilidade e com a necessidade de buscar o citado acordo com o Fundo Monetário Internacional. Na noite de 10 de novembro passado, o Presidente Fernando de la Rúa reconheceu expressamente que o País estava muito mal, tal era a especulação generalizada sobre os possíveis rumos da economia nacional; Vasquez (2000) afirmou que o Presidente teria iniciado o discurso daquela noite, na televisão, chamando a atenção do público quanto ao crescimento insuficiente da economia e aos rumos indesejáveis que o cenário externo havia tomado. E, logo a seguir, destacou a necessidade de alterar a alocação de recursos na proposta orçamentária para 2001 e a Lei de Responsabilidade Fiscal para fixar um teto para o déficit público.

A opção de recorrer ao FMI tinha como alternativa a possibilidade de recorrer ao mercado para obter os recursos indispensáveis ao pagamento da dívida externa, cujo valor total atingiu US\$ 150,2 bilhões ao final do ano 2000. O calendário de desembolso para honrar a amortização e os juros da dívida previa pagamentos para 2001 da ordem de US\$ 2,4 bilhões em fevereiro, cerca de US\$ 4 bilhões em março e de US\$ 6 bilhões no segundo trimestre do ano em curso. De

la Rúa buscava, no acordo com o FMI, uma sustentação para honrar a dívida e afastar qualquer pressão especulativa contra o peso, porque a taxa de risco argentina, que era de 815 pontos em 31 de outubro, havia alcançado 950 pontos no dia 9 de novembro, véspera da manifestação televisiva.

Simultaneamente à manifestação do Presidente em Buenos Aires, o Diretor do FMI, Horst Köeller, confirmou que as negociações da Instituição com os argentinos para concessão de um empréstimo extraordinário estavam avançadas e que rapidamente seriam concluídas. Tratava-se de um duro teste para a Aliança, tendo em vista que ambas as partes, em Olivos e em Washington, teriam novos objetivos a perseguir a partir da deterioração da conjuntura argentina.

A conjuntura argentina apresentou uma mudança substancial quando o apoio do FMI se concretizou em 18 de dezembro de 2000. Tanto em Buenos Aires, através do Presidente De la Rúa, como em Washington, via Horst Köhler, foi divulgada a tão aguardada blindagem financeira da economia. Da mesma forma como o México já o fizera anteriormente, desta vez a Argentina obteve um acordo para obter recursos da ordem de US\$ 39,7 bilhões, que permitiria atender às suas necessidades em termos de financiamento externo. O Presidente saudou a iniciativa como a solução para os dilemas da recessão e dos juros elevados. De fato, 87% dos recursos destinavam-se ao pagamento da dívida, enquanto o complemento possibilitaria o avanço das reformas estruturais.

2.5 - A gestão de José Luiz Machinea

O Governo procurou enfrentar as dificuldades vigentes com o lançamento de um pacote que cobria, de forma sucinta, três áreas: tributária, previdenciária e administrativa. Entre as mais expressivas proposições promovidas pelo Ministro José Luiz Machinea, constavam, no âmbito da política tributária, a dedução no Imposto de Renda dos juros sobre empréstimos hipotecários e a eliminação dos impostos sobre os juros sobre empréstimos concedidos às empresas; no que tange à previdência, o pacote bloqueou o acesso de novos aposentados ao sistema estatal, elevou à idade de 65 anos o direito de aposentadoria para as mulheres em 2002, fixou um piso mínimo mensal de 300 pesos para as novas aposentadorias e um subsídio de 100 pesos para os pobres, maiores, que não têm direito à aposentadoria; e, por fim, no campo administrativo, terceirizou a cobrança de impostos. O FMI comprometeu-se a fornecer um apoio de reserva suplementar, pois a Instituição era de parecer que a Argentina contava com uma estrutura financeira estável e dispunha de um acordo satisfatório com as províncias.

O não-cumprimento das metas levou o Governo argentino a lançar um segundo ajuste fiscal em 29 de março de 2000, pois o primeiro foi editado em dezembro de 1999. A meta proposta ao FMI, desta vez, consistia de uma redução de US\$ 938 milhões no déficit público, decorrente, dentre outras medidas, de uma diminuição de 12% e 15% dos salários dos servidores que tinham remuneração entre \$ 1.000 e \$ 6.500 e acima de \$ 6.500, respectivamente, englobando um contingente de 144 mil funcionários públicos, que resultaria numa redução de US\$ 593 milhões nos gastos do Governo. Outros US\$ 240 milhões tinham como origem a diminuição nas aposentadorias — o nível da pensão básica de \$ 200 ficaria diminuído para \$ 150 para os homens e \$ 120 a \$ 150 para as mulheres, enquanto a eliminação de órgãos e a reestruturação de outros — Instituto Nacional de Administração Pública, Agência Telam, Corpo de Administradores Governamentais, Instituto de Economistas do Governo — complementavam o valor programado para o decréscimo do déficit público. Além desse corte na esfera federal, Machinea buscou um novo acordo com as províncias, visando a um equilíbrio das suas contas para o ano 2003 e a um congelamento do atual nível de gastos até o exercício de 2002. O pacote de Machinea também previa um combate à evasão fiscal através do uso obrigatório do cheque para pagamentos acima de \$ 10.000 e via controle do subsídio aos combustíveis vigente na Patagônia.

Dois meses depois do lançamento do pacote de Machinea, em meados de junho, De la Rúa foi aos Estados Unidos, pela primeira vez, na condição de Presidente. O Governo Clinton havia dado a sua sustentação ao ajuste fiscal de US\$ 938 milhões posto em prática por Machinea, e o Ministro utilizou a ida a Nova Iorque para afastar de vez a possibilidade da dolarização. Havia ocorrido uma greve no dia 9, e, no dia 12, De la Rúa utilizou-se do cenário nova-iorquino e do apoio recebido de Nicolas Brady e de Henry Kissinger para fazer uma defesa incisiva da conversibilidade.

2.6 - A gestão de Lopez Murphy

No dia 16 de março, a Argentina tomou conhecimento do que ficou conhecido como o plano de ajuste de López Murphy. À medida que o novo Ministro ingressava na pasta da Economia, o Frepaso retirava do Governo todos os funcionários que exerciam funções no primeiro escalão. López Murphy apresentou o quarto ajuste no limitado tempo decorrido desde a posse de Fernando de La Rúa. Basicamente, uma redução do gasto público para diminuir o déficit público. Young *et al* (2001) afirma que a possibilidade de o Ministro ter de deixar o Governo era altamente provável, desde o início da sua curta gestão.

No dia seguinte, 17 de março, a autoridade foi à Bolsa de Comércio para expor as suas idéias em torno do ajuste. À frente de 500 empresários atentos, Murphy detalhou os cortes nas despesas públicas e, ao final, recebeu aprovação estrondosa. Para uns, a certeza de que havia uma sintonia plena entre o Governo e o segmento empresarial; para outros, a ausência de empresários importantes já antecipava a curta gestão do economista da FIEL. Quando foi informado que De la Rúa iria chamar Domingo Cavallo para a chefia do Gabinete — uma espécie de chefe do Governo —, Murphy compreendeu que não havia espaço para os dois naquele momento.

O final da gestão de 16 dias de López Murphy coincidiu com a vontade dos políticos do seu partido de que ele deveria renunciar, tendo em vista que não havia viabilidade política de sua permanência, à medida que o pacote que propôs desencadeou uma reação violenta por parte da sociedade argentina. Murphy teve uma gestão meteórica na pasta da economia, pois entre o sábado, quando foi saudado profusamente pela classe empresarial, e a segunda-feira, no regresso de Cavallo, todo o tipo de boato corria em Buenos Aires. As informações divulgadas pela imprensa mostravam ambos, mais o nome de Dario Alessandro, do Frepaso, nas mais diversas combinações, que envolviam também a Chefia de Gabinete da Presidência e as pastas da Economia e do Interior. E o contexto foi marcado pela incerteza até os últimos momentos, conforme relata Martínez (2001), ao tratar da última reunião da equipe da Economia, realizada na noite de 19 de março. Um diálogo entre o Vice-Ministro da Economia, Daniel Artana, e o Secretário das PyMEs, Enrique Martínez, ilustra a afirmativa do ambiente administrativo vigente na ocasião. Quando um dos presentes indagou se viriam trabalhar no dia seguinte, Artana respondeu afirmativamente e, com convicção, complementou que a proposta de Murphy representava a única opção, porque o plano de Cavallo não servia. Martínez, então, havia destacado que aquele momento era do líder do Partido de Renovação Nacional, ao que Artana contestara que o interlocutor não devia ficar confuso, pois a proposta da sua equipe era sólida. Era o fim das tentativas da Aliança para administrar a crise antes do retorno de Cavallo ao Ministério da Economia.

3 - Ameaças à fragmentação na governabilidade

3.1 - Questiónculas éticas

Entre tantos problemas presentes na conjuntura atual, aqueles de natureza ética ocupam lugar de destaque no dia-a-dia da política argentina. A guerra das Malvinas, a ditadura militar, as “mães de maio”, o roubo dos bebês, o ataque

à sede da AMIA, a figura dos desaparecidos, a evasão fiscal, o pagamento de coimas e a lavagem de dinheiro, em conjunto, constituem-se em matéria recorrente na imprensa local. Muitos momentos tensos cercaram a opinião pública argentina a partir de uma nova, ou a confirmação de uma antiga, denúncia com relação a personalidades importantes do cenário político nacional. Se fosse necessário selecionar um entre os tantos episódios que marcaram essa trajetória manchada pela mácula da improbidade, quiçás o leitor deveria ser levado a algum fato recente, quem sabe àquele ocorrido em maio de 1998 e que culminou com a morte do magnata empresário Alfredo Nallib Yabrán, de 53 anos e com uma fortuna estimada em US\$ 600 milhões, cujo espectro abrangia os correios, armazenagem e transporte de cargas para o Exterior, táxis aéreos, hotel, imobiliárias, *free shops* e 75 mil hectares de terras distribuídas em 15 estâncias.

O corpo de Alfredo Yabrán, alvejado e com o rosto totalmente desfigurado, foi encontrado em uma fazenda localizada na província de Entre Rios, na noite de 20 de maio de 1998. Yabrán ter-se-ia suicidado quando a polícia estava na iminência de prendê-lo. Em termos de causa próxima, esse final de história teve início com outro assassinato, o do jornalista e fotógrafo José Luiz Cabezas, da revista **Notícias**, ocorrido em 26 de janeiro de 1997, cujo corpo estava carbonizado nas cercanias de Buenos Aires, por ocasião de um evento promovido pelos justicialistas locais. Pois os fatos divulgados pela imprensa levavam o leitor a associar a morte de Cabezas com o lado obscuro, mas sempre próximo do poder, de Yabrán, que reprovava as fotos do jornalista, segundo o depoimento de Silvia Belawsky, ex-esposa do policial Gustavo Prellezo, detido como responsável pelo crime. O juiz que tratava do crime havia determinado a prisão do empresário a partir do depoimento de uma testemunha. Solá (1998) lembra a frase ouvida de um funcionário público de que o empresário teria seguido a carreira e o final de P. C. Farias. Entre os inimigos de Yabrán, destacavam-se Eduardo Duhalde, ex-Governador de Buenos Aires, e o atual Ministro da Economia Domingo Cavallo, que considerava aquele empresário como o chefe da máfia local. Na verdade, como afirma Andrade (1998, op cit), Yabrán era um elo no conflito entre Carlos Menem, que o recebia, e Eduardo Duhalde, que o acusava de autor ideológico do crime, quando eram ambos aspirantes à Presidência do País, encargo que afinal ficou sob a responsabilidade de Fernando de la Rúa. Um cenário digno de uma história policial com grande carga de suspense.

Descrita a trama que resultou nas mortes de Cabezas e de Yabrán, pode o leitor avaliar nessa mostra as distorções e a ausência da transparência presentes na democracia argentina. Em um ambiente com tantos viéses, a exoneração do Vice-Presidente Chacho Alvarez parece ter sido a forma encontrada para manifestar toda a sua indignação perante a divulgação dos fatos, em meados de

2000, que levaram ao conhecimento de que houve pagamento de coimas para a aprovação da reforma trabalhista no Senado. A denúncia implicou 11 senadores, que teriam recebido uma quantia em dinheiro para apoiarem a iniciativa em curso, quando de sua tramitação no Senado argentino.

A “lavagem” de dinheiro levou três fiscais a viajarem aos Estados Unidos, em 28 de fevereiro de 2000, para obterem informações junto a um comitê do Senado americano sobre as atividades dos banqueiros Raul Moneta e Aldo Ducler, dirigentes dos Bancos República e Mercado Aberto, respectivamente, que foram liquidados pelo Governo argentino. Ambos estiveram vinculados ao Governo justicialista, e, segundo Guagnini (2001), os fiscais investigariam a atuação conjunta do Banco República com um banco nas Bahamas e outro nos Estados Unidos e do Mercado Aberto com entidades financeiras localizadas nas Ilhas Caimán, nos Estados Unidos e na Suíça. Neste último caso, a busca das informações tem a ver com a investigação em curso na Argentina sobre a lavagem de dinheiro com origem no cartel de Juárez, do México, embora, em paralelo, haja investigação também contra ações do Cartel de Medellín.

Essa investigação gerou um efeito dominó sobre a imagem do Presidente do Banco Central, Pedro Pou, a quem caberia, em última instância, fiscalizar a atuação dos bancos liquidados. A complexidade do momento deveu-se ao fato de que Pou era a autoridade monetária já na gestão justicialista e prosseguiu com Fernando de la Rúa. Menem tem defendido o dirigente, afirmando que os críticos de Pou desejam, na verdade, o fim da conversibilidade. De la Rúa mantém a autoridade porque o momento é de muita instabilidade política, porém ele tem presente que a pressão maior tem origem na própria Aliança e, mais especificamente, de parte da deputada radical Elisa Carrió e de Alejandro Peyrou, um economista que é assessor de Chacho Alvarez.

Boragni (2000) estima que se “lavem” na Argentina, em média, US\$ 6 bilhões anuais, que corresponderiam a um por cento dos US\$ 600 bilhões de dinheiro “lavado” em todo o mundo. Daí a pressão norte-americana para que o País aprove uma legislação específica para conter a ação do “dinheiro sujo”. Ao mesmo tempo, ressalta a autora, há uma força contrária à proposta norte-americana, porque é possível que, ao conter o mal, possa haver, a partir da rigidez da legislação, uma contenção de entrada de capitais externos, dada a possibilidade de que a suspeita sobre a origem dos recursos possa se expandir a todas as fontes. Na ocasião, a lei que criou a Unidade de Informação Financeira (UFI) teria como antecedente a Lei nº 23.737, de setembro de 1989, direcionada para o narcotráfico. Desta vez, a UFI cobriria um espectro mais amplo, pois seria responsável pela fiscalização de todos os fluxos de capitais com origem no narcotráfico, na comercialização de órgãos e de seres humanos, nos seqüestros, nas extorções e nas vendas de armas. A demora em avançar na aprovação da lei — ela

teria passado pelo Senado em dezembro de 1999 — estava associada à indefinição em torno da institucionalização da UFI. Havia uma polêmica quanto à sua localização, pois os justicialistas propunham o Banco Central, enquanto a Aliança defendia a instituição em nível dos Ministérios, da Economia e da Justiça.

3.2 - O teste das eleições na Capital

Uma grande ameaça à fragmentação da Aliança ocorreu em maio passado, quando o acordo UCD-Frepaso submeteu-se ao único pleito daquele ano. Os analistas políticos interpretavam uma vitória para a chefia do Governo Municipal como a única hipótese plausível para a consolidação do pacto político. E, mais uma vez, Cavallo estava em cena, nessa ocasião exercendo o papel do grande adversário dos aliados a Fernando De la Rúa. Segundo Burzaco (2000), o maior desafio que o futuro chefe de governo enfrentaria estaria ligado à segurança pública, porque o número de homicídios duplicou na cidade, na década de 90, e o número de delitos avançou de 200 para 600 por 10.000 habitantes durante o mesmo decênio.

Os protagonistas do pleito na Cidade de Buenos Aires foram Anibal Ibarra, um advogado de 42 anos que fora Vice-Presidente da Câmara, e Domingo Cavallo, agora na condição de Deputado Federal pelo partido que criou, o da Ação de Renovação Nacional. Muitos outros candidatos complementavam o quadro político daquela eleição, porém sem a mínima chance de alcançarem o patamar de preferência dos dois citados candidatos.

As eleições cidadinas anteriores beneficiavam amplamente a Aliança, porque, desde 1993, quando Erman González, do Partido Justicialista, vencera a União Cívica Radical e a Frente Grande, os resultados majoritários sempre acusaram derrotas dos aliados de Carlos Menem. Em 1994, pela Frente Grande e, em 1997, pela Aliança, o grande vitorioso na Cidade foi Chacho Alvarez; em 1995, as urnas deram maioria a José Bordón, do Frepaso, enquanto, em 1996 e 1999, foi o próprio Fernando de la Rúa ungido pela maioria dos votos populares de Buenos Aires. Nessas eleições, confirmou-se, mais uma vez, o que aconteceu nos últimos cinco anos, porque a intenção de voto por candidato evidenciou um aumento da preferência por Ibarra, de 39% para 45%, entre janeiro e abril, enquanto, no mesmo período, Cavallo, que partiu de 28%, estagnou no patamar de 33%.

Na oportunidade, a Câmara de Buenos Aires tinha 60 cadeiras, das quais 36 estavam com representantes da Aliança e 10 com os justicialistas, distribuindo-se as demais entre o movimento conhecido como Nova Dirigência e os

blocos unipessoais. A dúvida maior às vésperas das eleições consistia em prever se Ibarra e Cavallo iriam a um segundo turno, mas a vantagem do primeiro sobre o segundo cresceu, consolidou-se, e o que os argentinos chamam de *ballottage* não se tornou necessário, recaindo, assim, a vitória para o candidato da Aliança.

3.3 - Sai Chacho Alvarez, entra Domingo Cavallo

Os problemas de natureza ética abalaram a imagem do Governo De la Rúa, porque havia uma expectativa muito grande quanto à depuração dos vícios da gestão governamental, após a transição do Justicialismo para o radicalismo. Não tendo se confirmado o saneamento da gerência, a tensão aumentou ainda mais com a divulgação de que houvera pagamento de suborno para a aprovação da reforma trabalhista. No total, oito Senadores, sete justicialistas e um radical, foram acusados do delito. Ao menos esse foi o número dado a conhecimento público pela imprensa, em 2 de setembro, tão logo o Juiz Carlos Liporaci afirmou que tinha indícios graves de que o suborno havia ocorrido.

A confirmação da irregularidade no processo de aprovação da citada legislação foi o fator que levou o dirigente frepasista a se afastar do Governo, preservando, de um lado, a sua imagem pessoal, porém, de outro, gerando maiores incertezas quanto ao futuro do equilíbrio das forças políticas que constituíam a Aliança. A iniciativa tumultuou o relacionamento entre frepasistas e radicais, tendo criado mais uma fonte de incerteza sobre a fragilizada economia nacional.

Ibarra (Ibarra..., 2001) admitiu que o Frepaso deveria envolver-se mais com o Governo. O chefe do Governo de Buenos Aires reconheceu a manutenção da Aliança nos distritos e no Congresso, mas não mais no Gabinete do Presidente da República. A decisão de Chacho Alvarez, segundo Ibarra, comprometeu o destino pessoal do ex-Vice-Presidente, mas, da mesma forma como reconhece a sua liderança moral, não menospreza a necessidade da liderança na administração. E, aí, Chacho ficou ausente. Na prática, Alvarez mostrou-se disposto a retornar ao Governo em diversas oportunidades e, talvez, com mais intensidade, quando percebeu que a absorção de Cavallo estava na ordem do dia. Mas o seu esforço foi em vão, porque, dessa vez, o Presidente não o aceitou.

A absorção de Cavallo na equipe do Governo gerou muita controvérsia. Se, entre os membros do grupo econômico, havia tamanha incerteza, não menos da mesma poderia ser encontrada na já fragmentada Aliança. Tanto a União Cívica Radical como a Frente País Solidário promoveram assembléia entre as suas lideranças para oficializarem as suas posições perante a crise e a possibilidade de admissão de Domingo Cavallo à nova equipe da Economia.

Os radicais defendiam um caminho alternativo às opções disponíveis na agenda política nacional. A insatisfação frente ao ajuste proposto por Murphy era evidente, daí a necessidade de reafirmar que a educação pública era a base do progresso social: Quanto ao “pai da conversibilidade”, os radicais temiam que Cavallo pudesse se enganar uma segunda vez, como já o fizera anteriormente, em abril de 1991. O foco do encontro, todavia, esteve voltado para a necessidade de se obter um pacto de unidade nacional em que a UCR tivesse uma participação efetiva. O ajuste fiscal recebeu a sanção do plenário, embora o recorte das verbas não devesse se concentrar na função educação. Dois pontos parecem ter sido tratados apenas marginalmente entre os radicais, o ajuste das províncias e o acordo parlamentar que reuniria os fragmentos da Aliança com a base cavallista.

No Frepaso, uma terça parte da bancada opôs-se, sumariamente, a qualquer acordo com Cavallo. Os demais, os que se mantiveram dentro da Aliança, apoiaram De la Rúa no que se refere ao Pacto da Unidade Nacional, mas contestaram a presença do novo Ministro da Economia, deixando pendente a ampliação dos poderes exigidos para que ele implementasse a lei da competitividade. A rejeição ao pacote de Murphy e a nulidade da sua proposta tornaram-se pré-requisito para que o Partido mantivesse a sua presença na Aliança, embora o próprio Chacho Alvarez tenha afirmado que pretendia manter o apoio desde que De la Rúa optasse pela retomada do crescimento econômico do País. Na ocasião, muitos eram os boatos que circulavam em Buenos Aires de que o ex-Vice-Presidente voltaria ao Governo prontamente. No fundo, a dúvida que persistia levava à indagação: como crescer com o foco na área social? Dúvida à parte, ainda precisava trazer Domingo Cavallo para resolver a charada?

4 - Cavallo e a competitividade

Domingo Cavallo está de volta ao Mercosul. Desde meados dos anos 90, estava afastado do círculo oficial, dada a sua substituição por Roque Fernandez no Ministério da Economia argentino. Pode sua volta ser saudada face às críticas sistemáticas que se fazem à conversibilidade? É possível que o Mingo — alcunha do controvertido economista — inove e, desta feita, recoloque a Argentina, mais uma vez, no rumo para o qual o seu discurso sinaliza o futuro argentino?

O que se dispõe de concreto na nova passagem de Cavallo pelo Governo são as frustrações evidentes da população argentina perante as gestões Macchineo e Murphy. Na verdade, Domingo Cavallo recebeu, mais uma vez, o País à beira do abismo, tais eram as dificuldades que se acumularam desde a posse do novo Presidente. Quando o País convivia com a hiperinflação, o Minis-

tro lançou a Lei da Conversibilidade; desta vez, perante a recessão avassaladora, Cavallo apresentou o que denominou de Lei da Competitividade. Ela deve ater-se a proteger a produção de bens de consumo e a liberar a importação de bens de capital, à lei do cheque, à obtenção de poderes especiais junto ao Congresso e à criação de uma âncora que internalize o euro à conversibilidade.

4.1 - O foco no protecionismo

A indústria argentina vem de uma longa queda no seu ritmo de crescimento. Os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatísticas Argentino (INDEC) mostram que, desde o pico de dezembro de 1999, quando a produção industrial cresceu 8% com relação ao mês anterior, houve desaceleração do Setor Secundário, tendo a recessão iniciado em agosto do ano passado, quando o desempenho setorial registrou uma queda de 2% sobre o mês anterior. Desde então, os números do setor foram sofríveis e materializaram-se num crescimento nulo na indústria e numa queda de 37% no setor automotivo durante o ano 2000. E, ainda pior, uma pesquisa de opinião junto aos empresários, em fevereiro do corrente exercício, dava conta que 58% acreditavam que não haveria mudança na demanda interna, enquanto outros 18% eram de parecer que a demanda interna iria cair ainda mais.

Mantida a conversibilidade, para reverter o desempenho da indústria, Cavallo recorreu às barreiras tarifárias. Eletrodomésticos, roupas, calçados, brinquedos e alimentos passaram a ser protegidos por uma tarifa de importação máxima de 35%, enquanto a redução a zero das tarifas de importação de bens de capitais permitiria uma receita extra de 10% às empresas de manufatura locais. A comunicação aconteceu em uma entrevista em que ambos, De la Rúa e Cavallo, concederam ao jornal **Clarín** de 25 de março próximo passado. A Lei da Competitividade havia sido promulgada na véspera, e De la Rúa estava confiante de que a iniciativa retiraria o País da recessão e equacionaria as restrições de natureza fiscal. Cavallo descartou qualquer possibilidade de retorno da inflação e afirmou que a proteção era extrazona, ou seja, além do Mercosul. Em termos concretos, transparece a idéia de que as duas autoridades apostam em um ritmo de crescimento superior aos 2,5% ao ano acordado com o FMI. O Ministro está com os olhos na redução do desemprego, enquanto o Presidente visualiza a recuperação das exportações, das economias regionais e das pequenas empresas. Tudo porque os custos devem baixar a partir da implementação da estratégia cavallista da competitividade. Mas é possível apostar que os custos irão baixar? É preciso voltar a essa pergunta na próxima seção, após a introdução da Lei do Cheque.

4.2 - A eficiência estatal

O novo pacote tem, do lado da receita, um incremento substancial de impostos. Nas manifestações das autoridades, transparece, também, a noção de que as privatizações do Banco de la Nación e do Pami estão afastadas a partir de agora, dado que a delegação de competência que o Governo busca está voltada para fundir e eliminar autarquias. No pré-acordo pretendido junto às bancadas da Aliança, o Governo esperava poder alterar alíquotas de impostos e reformular as isenções tributárias.

Especificamente no campo concreto, a Lei nº 25.413 — a Lei da Competitividade — na parte que diz respeito à Lei do Cheque, que versa sobre a determinação de que os pagamentos acima de mil pesos devem ser pagos com cheques ou cartões a partir do início de abril, foi objeto de um decreto firmado por De la Rúa, na noite de 24 de março. Ao mesmo tempo, aguardava-se, para o dia 27, a regulamentação da Lei nº 25.413, uma exigência que Cavallo pretendia cumprir no menor prazo possível.

Atualmente, há um custo para o correntista, de 10 a 40 pesos, para manutenção de uma conta corrente, dependendo de ser pessoa física ou jurídica, do serviço prestado pela entidade financeira e, ainda, do fato de o cliente ter uma ou mais contas na instituição. A Lei do Cheque prevê que, para um correntista que movimente até mil pesos mensais, a nova tributação não poderá superar 12 pesos mensais. Para preservar a renda do assalariado, a Lei do Cheque não é aplicável ao pagamento de aposentadorias, pensões e salários. E esse valor pago — no todo ou em parte — poderá suprir o pagamento dos 850 mil contribuintes do monotributo — um regime que reúne, em uma parcela única, proporções do valor pago à conta de aposentadorias, lucros e o imposto sobre valor agregado (IVA). Há expectativa de que, futuramente, para os demais contribuintes, o imposto sobre o cheque possa correr à conta do IVA, ou dos lucros.

Ainda com relação às medidas implementadas, houve a eliminação da multa de 4% sobre os cheques sem fundos, ficando a mesma a cargo de cada banco. E os correntistas que tiveram as suas contas encerradas no passado, por causa da emissão de cheques sem fundos, poderão voltar a abri-las e a terem, novamente, acesso aos talões de cheques.

Com relação ao impacto da Lei do Cheque sobre a receita das empresas, ponto levantado ao final da seção anterior, Bermudez (2001) acredita que ainda é difícil fazer uma avaliação adequada, porque atribui a Cavallo a decisão futura de fazer o imposto do cheque ser arrecadado — total ou parcialmente — à conta do imposto sobre lucros ou do imposto sobre valor agregado. Nesse caso, o volume arrecadado não seria expressivo, porque o objetivo do imposto do cheque se restringiria à mera antecipação de tributos que já são de fato arrecada-

dos previamente; mesmo assim, a liquidez das empresas seria atingida. No caso oposto, se o imposto do cheque não fosse efetuado à conta do IVA e do imposto sobre lucros, aí, sim, ocorreria um aumento significativo de custos empresariais. Aqui, o alvo focado seriam as pequenas empresas, que teriam as suas rentabilidades atingidas, dada a impossibilidade de repasse aos preços por causa da recessão.

Do lado da despesa, quando questionado com relação à gerência do funcionalismo, Domingos Cavallo descartou qualquer redução nas aposentadorias, nos salários e no emprego públicos. A idéia central daquela autoridade implica reestruturar a administração pública, via racionalização das atividades da esfera governamental.

4.3 - O pedido de poderes especiais

Desde a divulgação das novas proposições do Poder Executivo, ficou evidente que a Câmara e o Senado deveriam agir rapidamente para viabilizarem a tramitação em ritmo de urgência das medidas anunciadas pelo Presidente De la Rúa. Principalmente, porque há uma solicitação de poderes especiais para o Ministro da Economia, devido à gravidade alcançada pela crise, bem como pela necessidade de uma ação rápida para evitar, inclusive, que o efeito contágio se propague internacionalmente.

O fato de o poder Legislativo transferir competências para o Executivo implica criação de alguma forma de controle, em nível bicameral, para o exercício dessas funções. Mas desde o primeiro momento, constatou-se que a autorização para exercer os poderes solicitados lhe será concedida desde que não avance na privatização do Banco Nação, nem interfira nas legislações trabalhista e previdenciária ou, ainda, que venha a alterar a legislação que trata das universidades públicas.

4.4 - A conversibilidade em euro

A pressão sobre a conversibilidade da moeda argentina vem de há algum tempo e se acentuou com a frustração decorrente das gestões Machinea e Murphy, porém o tema voltou a ser tratado, surpreendentemente, pelo próprio Domingo Cavallo.

Em entrevista coletiva à imprensa, realizada em 14 de abril do corrente ano, um sábado, o Ministro informou que passaria a utilizar também o euro na conversibilidade do peso argentino. Mais precisamente, em algum momento no

futuro, quando um dólar estivesse cotado a um euro, uma nova âncora seria introduzida, ficando a mesma dividida em duas partes iguais, uma metade em dólar e a outra em euro.

Ao criar a flexibilidade da conversibilidade, Cavallo apostou que os investidores seriam sensíveis à sua proposta e manteriam aplicações no País, mas a leitura do discurso oficial foi outra, ou seja, como era preciso esperar que a relação entre o dólar e o euro atingisse a proporção de 1 por 1 e tendo em vista que essa possibilidade estava muito distante, tudo permaneceria como havia acontecido até então. Na prática, mantinha-se a âncora cambial e, junto, o posicionamento sistemático dos seus críticos.

O ineditismo da iniciativa dividiu a opinião dos economistas e deixou o Ministro extremamente irritado, levando-o a utilizar termos agressivos com relação aos que discordavam das suas opiniões. No lado do Governo, com a introdução do euro, Cavallo pretende dar maior estabilidade à moeda nacional, afastando o regime de mudanças inesperadas. O tempo para a implementação da medida seria aquele necessário para a transparência do processo decisório, porque, nesse interregno, haveria um grande debate com o Congresso sobre o alcance e as restrições da nova âncora. A idéia de utilizar uma possível equiparação do dólar ao euro seria produto de uma sugestão de Bob Mundell. Embora o euro tenha sido lançado à cotação de 0,85 para um dólar em 1999 e esteja hoje cotado a proporção de 1,12 euro para um dólar, segundo matéria publicada na versão eletrônica do jornal **Clarín** (2001), o Ministério da Economia da Argentina estaria trabalhando com a hipótese de que a equiparação das duas moedas ocorrerá em fevereiro de 2002.

Quanto aos críticos, Campanário (2001) dividiu-os em dois outros grupos, os que rejeitavam a iniciativa e os que a consideravam inoportuna. Entre opiniões tão diversificadas, a bancada da oposição justicialista resolveu elaborar consultas técnicas a especialistas quanto ao mérito da eurização, porque, entre os investidores, poucos respaldaram a estratégia cavallista nestes momentos imediatamente seguintes à divulgação do fato. Em suma, o que está em discussão é uma polêmica entre a fortificação da conversibilidade *versus* a oportunidade da flexibilização e *versus* a fragilização da conversibilidade. Na primeira tese, está Domingo Cavallo; na segunda, encontra-se Pablo Guidotti, ex-Secretário da Fazenda do final da gestão de Carlos Menem, enquanto na última se situa Rudiger Dornbusch.

Academicamente, a discussão em torno da âncora cambial na Argentina é antiga. No centro do debate, está a controvérsia câmbio fixo *versus* câmbio flexível; em termos de autores, Robert Mundel *versus* Milton Friedman. Ou, ainda, sob a ótica de países, União Européia, Panamá e Argentina, de um lado, e Canadá, Grã-Bretanha e Japão, de outro. Com quem está a razão? Boragni

(2001) lembra que Friedman considera o câmbio fixo como uma bomba de efeito retardado, pois ele crê que a sua flexibilidade leva à eficiência na alocação de recursos. Mundel, no outro oposto, trabalha a hipótese de uma política monetária mundial. Independentemente do alcance e das restrições de ambas as propostas, a controvérsia prossegue na Argentina, alinhando em cada uma das duas posições um sem-número de participantes. Mais ou menos como utilizar um medicamento, enquanto os autores da bula discutem os efeitos colaterais do produto.

4.5 - O risco Argentina e o apoio externo

As sucessivas tentativas frustradas de retomar o crescimento econômico com José Luiz Machinea e Lopez Murphy, seguidas da estratégia posta em prática pelo novo Ministro, Domingo Cavallo, não impediram que o risco Argentina continuasse apresentando uma tendência de alta desde o início de fevereiro passado, excetuado o período entre 23 de março e 10 de abril.

Efetivamente, a partir do momento em que surgiram questionamentos sobre a possibilidade de a Argentina estar cumprindo as metas da blindagem financeira no que diz respeito ao déficit público, a sobretaxa de risco Argentina elevou-se de 6,80% até 7,92%, ocasião em que o Ministro José Luiz Machinea renunciou. O afastamento do Ministro e a perspectiva de mudança diminuíram a pressão no índice J. P. Morgan, que, durante uma semana, ficou reduzido a 7,20%. O novo Ministro apresentou um programa de ajuste que foi amplamente rejeitado pela sociedade, e, em seguida, a sobretaxa de risco voltou a subir a 9,02% em 19 de março, quando Lopez Murphy renunciou. Cavallo é empossado, e o índice registra uma leve queda, mas as oscilações voltam a acontecer em três ocasiões: quando emergiram dúvidas quanto à possibilidade de o Ministro receber os poderes especiais solicitados junto ao Poder Legislativo, quando Cavallo se viu obrigado a afirmar que a dívida seria honrada e quando a ameaça do calote e o conflito entre o Ministro e o Presidente do Banco Central se tornaram motivos de intensos boatos, jogando a sobretaxa de risco, em 20 de abril, para níveis superiores a 10%.

O apoio externo não tardou a vir. O Ministro da Economia, que havia recebido o apoio do Brasil, através de Pedro Malan, viajou à Europa, onde os espanhóis se comprometeram a contribuir com a estratégia posta em prática pelo Governo do Presidente De la Rúa. Por último, o próprio Presidente Bush teria afirmado que participaria de qualquer iniciativa que viesse a afastar a pressão sobre a administração da política econômica argentina.

5 - Considerações finais

Os números para a Argentina, desde o lançamento da Lei de Conversibilidade até o final da década, registraram um aumento expressivo do Produto Interno Bruto (PIB) que é pouco divulgado no Brasil. No período 1990-98, o PIB argentino cresceu 53,8%; com incrementos sistemáticos ao longo do tempo, exceção feita ao ano de 1995, em que o produto não manteve a trajetória do decênio. Após 1998, depois da queda do real, houve uma total reversão de tendência, e o PIB argentino despencou durante dois anos seguidos, quando ocorreram decréscimos de 3% em 1999 e de 0,5% no ano 2000. Essa queda do PIB, no biênio 1999-00, representa a recessão que toma conta do País na atualidade. Ainda assim, para o período 1990-00, como um todo, o PIB cresceu 38,2%.

E a inflação? Bem, ela se encontrava no patamar de 2.314% em 1990 e se transformou em uma deflação de 0,7% em 2000. O fim da hiperinflação ocorreu em 1992, após uma queda abrupta do índice, que se localizava próximo a 180% em 1991. No triênio 1996-98, a Argentina viveu praticamente sem inflação, tendo a deflação surgido em 1999 e se mantido no ano 2000.

Se o País cresceu até a crise do real de 1999, e a inflação sumiu do cenário argentino, onde, então, estão os indicadores, cujos desempenhos deixaram a desejar?

No mercado de trabalho, o desemprego, que se encontrava no patamar de 6,3% em 1990, mais do que duplicou, permanecendo em 14,6% no final do decênio. A subocupação, produto do meio, também duplicou.

O saldo da balança comercial, que era de US\$ 8,2 bilhões em 1990, esvaiu-se no decênio, tendo ocorrido dois subperíodos, 1992-94 e 1997-99, em que aconteceram déficits significativos.

No âmbito da esfera pública, o superávit fiscal de US\$ 950 milhões em 1993 converteu-se em déficits sucessivos e progressivos, que alcançaram US\$ 6,6 bilhões no ano 2000. E aqui surgiram as dificuldades, porque era preciso financiar essa conjuntura adversa, e os resultados não tardaram a se manifestar.

Houve um incremento da dívida externa de US\$ 70 bilhões para US\$ 150 bilhões entre 1991 e 2000, enquanto o serviço da dívida avançou de US\$ 8 bilhões para US\$ 26 bilhões no mesmo período.

Por fim, no corrente ano, o País encontra-se em recessão, o déficit público persiste, a dívida externa mantém-se nas alturas, e há o receio de uma moratória. Para enfrentar tamanhas restrições, Cavallo chegou. Ele lançou a Lei da Competitividade para combater a queda na atividade econômica e equilibrar as contas públicas, tendo se comprometido a honrar a dívida externa. Na verdade, ele empilhou medidas: a proteção à indústria no dia 24 de março; a reativação

da economia — autopeças, máquinas, têxteis, papéis e calçados — e a criação de empregos no dia 29 de março; e a flexibilidade da conversibilidade — a cesta de moedas — no dia 14 de abril. São medidas de impacto, mas com efeitos que devem demorar. O mercado esperará?

O mercado, que deu credibilidade a Cavallo no início, parece ter cansado de esperar que a economia reaja, ou passou a desconfiar da eficácia do novo programa de estabilidade econômica. Como convergir a busca do ganho imediato com as incertezas da nova conversibilidade?

Ao finalizar este artigo no início da última semana de abril, o Presidente De la Rúa definiu-se pela exoneração de Pedro Pou da Presidência do Banco Central e pela indicação de Roque MacCarone — banqueiro e ex-Secretário de Finanças da primeira gestão de Domingo Cavallo no Ministério da Economia, para substituí-lo interinamente em suas funções. A comissão bicameral, criada para investigar a gestão daquela autoridade, assim o recomendou, a partir da constatação de indícios de improbidade administrativa.

O risco Argentina — o conceito J. P. Morgan —, medido pela sobretaxa técnica de risco dos títulos nacionais em sua comparação com os equivalentes do Tesouro dos Estados Unidos, que era de 6,8% no início de fevereiro e que atingiu 13% no dia 23 do mesmo mês, recuou para 12% tão logo o mercado tomou conhecimento da mudança na Presidência do Banco Central.

O que realmente é uma incógnita no atual cenário argentino é o desdobramento da crise política nacional após a prisão de Emir Yoma, ex-cunhado e ex-assessor de Carlos Menem. A venda de armas ao Equador e à Croácia no primeiro quinquênio da década de 90 colocou Yoma na posição de réu do delito de associação ilícita perante o Juiz Jorge Urso, que o interrogou no dia 7 de abril. Essa venda de armas era conhecida há muito tempo, porém o nome de Emir Yoma ficou associado ao grupo que cometeu o delito após um interrogatório realizado com Luiz Sarlenga, que foi interventor junto a Fabricaciones Militares, pelo Juiz Jorge Urso.

A partir de agora, a política argentina tem uma tendência definida, qual seja, a de apurar todos os fatos que determinaram a venda das armas. Entrevistado pelos Jornalistas Julio Aiub Morales y Mabel Diaz Mayorga, correspondentes do jornal **Clarín**, em La Rioja, Carlos Menem respondeu que não se sentia atingido pela prisão de Emir. Quando indagado sobre o pedido do ex-Ministro Camillon para que ele, Menem, e Cavallo também fossem investigados, o ex-Presidente afirmou que os decretos que viabilizaram a venda de armas foram firmados tendo como destino o Panamá e a Venezuela, países que estavam em paz. E, ainda mais, que o fluxo de armas para o Equador era uma iniciativa que vinha da gestão anterior à sua. Tudo deve ter sido reunido em uma única causa, daí a intrincada situação que se criou, argumentou o ex-Presidente.

Há, atualmente, na Argentina dois movimentos em curso. No campo econômico, Domingo Cavallo corre contra o tempo para evitar que a conjuntura atual alcance um nível de tamanha instabilidade que se torne difícil levar adiante a conexão da conversibilidade com a competitividade. O Ministro também deve estar apostando nas previsões do **World Economic Outlook** recentemente divulgado pelo FMI, que prevê crescimentos sucessivos do PIB norte-americano, de 1,5% e 2,5% para 2001 e 2002, respectivamente, o que seria um sinal evidente de que a desaceleração da economia dos Estados Unidos estaria chegando ao final. Movimentando-se a locomotiva, é possível que as perspectivas melhorem no cenário das economias emergentes. O segundo movimento desenvolve-se no âmbito político. Aqui, torna-se difícil levar adiante qualquer especulação. A transparência vem crescendo na Argentina, e os políticos, outrora em destaque, começam a ser cobrados pelo que fizeram ou deixaram de fazer em passado recente.

É preciso que a economia argentina se recupere o mais rápido possível, porque a sociedade está pagando um preço alto em termos de queda na atividade econômica e aumento na taxa de desemprego. A pressa na recuperação econômica, todavia, não deve tolher qualquer iniciativa que vise preservar os elevados valores democráticos. Neste momento, o País vivencia um desafio reconhecidamente imenso — a recessão —, mas é preciso que, hoje, ele aposte na transparência, para, amanhã, não lamentar o infortúnio.

Bibliografia

- ALIANZA y el PJ votarán el desafuero a senadores, LA (2000). **Clarín**, Buenos Aires, 2 set. p.3-7.
- ALVAREZ, Chacho (2000). Más mercado y mejor Estado. **Clarín**, Buenos Aires, 13 fev. Suplemento Zona, p.3.
- ANDRADE, Diego Pérez (1998). Apareció muerto Alfredo Yabrán; estupor e incredulidad generales. **La Nación**, Buenos Aires, 21 maio. p.1.
- BERMUDEZ, Ismael (2000). La reforma laboral divide a los empresarios. **Clarín**, Buenos Aires, 20 fev. p.2.
- BERMUDEZ, Ismael (2000a). El Mercosur vuelve a retomar su impulso. **Clarín**, Buenos Aires, 9 abr. Suplemento Economico, p.4.
- BERMUDEZ, Ismael (2001). El primer round del nuevo Plan Cavallo. **Clarín**, Buenos Aires, 25 mar. Suplemento Economico, p.4.

- BERMUDEZ, Ismael et al. (1997). Los empresarios, entre la duda y el temor. **Clarín**, Buenos Aires. 16 nov. p.4.
- BLINDAJE es de \$39.700 millones, EL (2000). **La Nación**, Buenos Aires, 19 dez. p.1-2.
- BORAGNI, Cláudia (2000). Una ley demorada. **Clarín**, Buenos Aires, 27 fev. Suplemento Economico, p.2.
- BORAGNI, Cláudia (2001). Cambio fijo x cambio flotante: la discusión. **Clarín**, Buenos Aires, 1 abr. Suplemento Economico, p.4-7.
- BURZACO, Eugenio (2000). Buenos Aires, un desafío capital. **La Nación**, Buenos Aires, 30 abr. Enfoques, suplemento, p.1.
- CAMPANARIO, Sebastián (2001). La canasta de Cavallo divide a los analistas. **Clarín**, Buenos Aires. Disponible em: <http://www.Clarín.com/suplementos/economico/2001-04-22/n-00411.htm>.
- CANEDO, Daniel et al. (2001). Medidas fuertes para proteger la industria local. **Clarín**, Buenos Aires, 25 mar. p.3.
- CARINI, Patricia (2001). El Frepaso condiciona, pero está dispuesto a colaborar. **Clarín**, Buenos Aires, 20 mar. p.11.
- CAVALLO envía una ley para hacer más flexible la convertibilidad. **Clarín**, Buenos Aires, p.3-10.
- CENTRO DE ESTUDIOS DE OPINION PÚBLICA (1990). 1990 el modelo Menem bajo la lupa. **Clarín**, Buenos Aires, 23 nov. p.2.
- CLARÍN (2001). Disponible em: <http://ar.Clarín.com/diario/hoy/e-02501.htm>.
- DE LA RÚA respaldó con fuerza la convertibilidad (2000). **Clarín**, Buenos Aires, 12 jun. p.3-7.
- DIEZ años en la economía argentina de los 90 (2001). **Clarín**, Buenos Aires, 1 abr. p.3.
- GOBIERNO lanzó un fuerte ajuste fiscal, EL (2000). **Clarín**, Buenos Aires, 30 maio. p. 3.
- GUAGNINI, Lucas (2001). Lavado: tres fiscales van a buscar pruebas a EE. UU. **Clarín**, Buenos Aires, 17 nov. p. 3.
- HOY en Capital, elección clave para el Gobierno (2000). **Clarín**, Buenos Aires, 7 maio, p.3-14.

- IBARRA creció y le lleva 12 puntos a Cavallo (2000). **La Nación**, Buenos Aires, 30 abr. p.1.
- IBARRA: "El Frepaso debería involucrar-se en el Gobierno" (2001). **Clarín**, Buenos Aires, 25 mar. p.12.
- MARTINEZ, Oscar (2001). Los vertiginosos días del ex ministro de Economía. **Clarín**, Buenos Aires, 20 mar. p.5.
- PFEIFER, Ismael (2001). Argentina define mudança na chefia do BC. **Gazeta Mercantil**, São Paulo 25 abr. p.B-3.
- PFEIFER, Ismael (2001). Cavallo fará cortes e Bush oferece ajuda à Argentina. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 23 abr. p.A-20.
- SANTORO, Daniel (2001). Armas: Emir Yoma, preso por asociación ilícita. **Clarín**, Buenos Aires, 8 abr. p.3-4.
- SE LANZA un plan para reactivar y crear empleo (2001). **Clarín**, Buenos Aires, 1 abr. p.20-21.
- SOLÁ, Joaquín Morales (1998). Un final tan misterioso como el de P. C. Farias. **La Nación**, Buenos Aires, 21 maio. p.6.
- VASQUEZ, Jorge Luiz (2000). Apuesta a ratificar el rumbo. **Clarín**, Buenos Aires, 11 nov. p.7.
- YOUNG, Gerardo et al. (2001). Los siete días que conmovieron al país. **Clarín**, Suplemento Zona, 25 mar. p.3-9.